

INSTITUTO DE FILOSOFIA E TEOLOGIA DE GOIÁS
BACHARELADO EM FILOSOFIA

BRUNO MORAES BARROS

O CONCEITO DA VERDADE NO PENSAMENTO DE
ANSELMO DE CANTUÁRIA

GOIÂNIA
2021

BRUNO MORAES BARROS

**O CONCEITO DA VERDADE NO PENSAMENTO DE
ANSELMO DE CANTUÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Filosofia.

Orientadora: Dra. Eliana Borges Fleury Curado.

GOIÂNIA
2021

(FOLHA DE APROVAÇÃO)

À Congregação Redentorista e a toda
comunidade acadêmica do IFITEG.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus pelos dons dispostos a mim para pensar este trabalho, bem como por me conceder a graça da perseverança e da constância em redigir esta monografia. Aos meus pais Nei Dimas e Zenaide, à minha irmã Nádia, ao meu cunhado Fernando e ao meu sobrinho Luís Fernando, por todo o amor e apoio concedidos.

À professora dra. Eliana Curado, por me orientar neste trabalho com todo empenho e dedicação. Ao professor dr. José Reinaldo, coordenador do curso de Filosofia de nosso instituto, por todo esforço em organizar nossas atividades durante o curso de bacharelado em Filosofia. A todo o corpo docente do IFITEG, pelos ensinamentos.

À Congregação do Santíssimo Redentor, por todo o amparo e cuidado, na pessoa de nosso superior provincial, padre André Ricardo de Melo, CSsR, por acreditar em minha vocação. Ao meu formador, padre Auro Marques de Oliveira, CSsR, pelos conselhos, zelo, amizade e paciência oferecidos neste tempo. O meu muito obrigado! Que Deus lhes pague!

A todos os meus irmãos seminaristas, por me suportarem com todos os meus defeitos e virtudes, de modo especial ao Daniel e ao Nelson, companheiros de pré-noviciado, bem como aos frateres pelo incentivo vocacional. Aos meus colegas de curso, pelo companheirismo de todas as manhãs e pela troca de experiências.

Enfim, agradeço ao Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás (IFITEG) pela excelência e interdisciplinariedade no ensino e pelo profissionalismo em atender às necessidades de seu corpo discente. De modo especial, à Emanuelle, secretária geral e à Mônica, bibliotecária, por toda a disponibilidade e ajuda oferecidas a mim nas mais diversas necessidades acadêmicas.

“Vamos, coragem, pobre homem! Foge um pouco de tuas ocupações. Esconde-te um instante do tumulto de teus pensamentos. Põe-te de parte dos cuidados que te absorvem e livra-te das preocupações que te afligem. Dá um pouco de tempo a Deus e repousa n’Ele”.

Santo Anselmo de Cantuária

RESUMO

O presente trabalho se insere no âmbito da dialética da Baixa Idade Média. O objetivo é dissertar sobre o conceito de verdade no pensamento filosófico de Anselmo de Cantuária, Bispo e Doutor da Igreja. Diante do pedido de seus confrades beneditinos, Anselmo resolveu dar uma resposta àquele que o refutou, Gaunilo de Marmoutier. Um dos conceitos em destaque é a noção de justiça. Para isso, é estruturado em três capítulos. O primeiro se trata de uma contextualização do tema. O segundo busca compreender, de forma minuciosa, as múltiplas definições de verdade que Anselmo coloca, uma análise intermediária que nos prepara ao esperado conceito. O terceiro, enfim, trata-se da verdade suprema e dos argumentos utilizados por Anselmo para provar a existência dessa verdade. Dessa maneira, a finalidade desse trabalho é o entendimento da necessidade do homem em buscar esta verdade, tida também por retidão no comportamento. Espera-se, com este estudo realizado, contribuir para e fortalecer o debate em torno da Escolástica e de suas discussões válidas para os nossos dias, conquanto se dirija ao problema filosófico da verdade.

Palavras-chave: Verdade; Retidão; Anselmo de Cantuária.

RESUMEN

El presente trabajo se incluye en el ámbito de la dialéctica de la Baja Edad Media. El objetivo es discorrer sobre el concepto de verdad, en el pensamiento filosófico de Anselmo de Cantuaria, Obispo y Doctor de la Iglesia. Ante el pedido de sus cofrades benedictinos, Anselmo quiso dar una respuesta a aquél que lo refutó, Gaunilo de Marmoutier. Uno de los conceptos destacados es la noción de justicia. Para ello, lo hemos estructurado en tres capítulos. El primero trata de una contextualización del tema. El segundo busca entender, de forma minuciosa, las múltiples definiciones de verdad que Anselmo coloca, un análisis intermedio que nos prepara al concepto aguardado. El tercero, finalmente, se trata de la verdad suprema y de los argumentos utilizados por Anselmo para probar la existencia aquella verdad. De este modo, la finalidad de nuestra labor es entender la necesidad del hombre en buscar esta verdad, tenida, también, por rectitud en el comportamiento. Se espera, en este estudio realizado, contribuir para y fortalecer el debate alrededor de la Escolástica y de sus discusiones válidas para nuestros días, en cuanto se dirija al problema filosófico de la verdad.

Palabras clave: Verdad; Rectitud; Anselmo de Cantuaria.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O INÍCIO DO PENSAR A VERDADE NA FILOSOFIA ANSELMIANA	15
1.1 O FILÓSOFO: VIDA.....	16
1.1.1 A Cristandade na Idade Média	17
1.2 O FILÓSOFO: O PENSAMENTO	18
1.2.1 Influências do pensar anselmiano	19
1.3 O FILÓSOFO: OBRAS E MÉTODO	21
1.3.1 A Escolástica	22
2 CONCEITUAÇÕES DE ANSELMO ACERCA DA VERDADE.....	25
2.1 AS VERDADES DA SIGNIFICAÇÃO E DA ENUNCIAÇÃO.....	26
2.2 A VERDADE DO PENSAMENTO OU OPINIÃO	27
2.3 A VERDADE DA VONTADE.....	28
2.4 A VERDADE DA AÇÃO NATURAL E DA AÇÃO NÃO NATURAL.....	30
2.5 A VERDADE DOS SENTIDOS	31
2.6 A VERDADE DA ESSÊNCIA DAS COISAS	32
2.7 PONDERAÇÕES FINAIS SOBRE AS NUANCES DA VERDADE	33
3 A VERDADE SUPREMA.....	35
3.1 O ARGUMENTO ONTOLÓGICO ANSELMIANO	36
3.2 DISCORDÂNCIAS AO ARGUMENTO ONTOLÓGICO DE ANSELMO	39
3.3 A JUSTIÇA DA VERDADE SUPREMA.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

Ao conceituarmos o filosofar, diríamos que este ato é um olhar dedicado e concentrado direcionado para o mundo e, de modo consequente, o posicionamento apreciativo a fim de discutir algo que nos deixa fascinados, isto é, que provoca um espanto em nossos sentidos e em nossa capacidade cognitiva. Quando a temática é a verdade, nos destinamos a esse termo com um certo saber prévio e vigente no senso comum, ou seja, a verdade é a veracidade ou aplicabilidade dos procedimentos cognitivos.

O aprendizado da Filosofia amplifica os limites de nosso conhecimento, tornando-nos assim mais abertos às ideias que antes não eram vistas, compartilhadas. Para entendermos a verdade, como Anselmo nos propõe, devemos considerar a abertura a essas novas nuances que só vem a acrescentar à nossa cognição. Por meio da Filosofia, conseguimos pensar melhor os problemas e resolvê-los, quando ao menos discutí-los.

Contando com essa nossa sincera disposição a fim de concentrarmos a atenção em diferentes saberes, o saber filosófico traz em si um anseio que é a busca por algo que ainda não possuímos. O enxergar de novas maneiras, como encontramos no mito platônico da caverna, quando os aqueles que se encontravam na obscuridade se recusavam a enxergar a luz. Essa claridade que Anselmo procura é o que também nos dispomos a procurar, o conceito de verdade.

Em geral, entende-se por verdade a qualidade em virtude da qual um procedimento racional qualquer se torna eficaz e obtém êxito. Essa especificação pode ser aplicada tanto às concepções do conhecimento como processo mental quanto às que o consideram uma atividade linguística. Com isso, a verdade se faz procurada, e o elemento principal dessa temática é Deus como expressão suprema da verdade. No entendimento comum, esta procura se dá por aqueles que fazem parte dessa busca.

Entretanto, é oportuno apresentar a problemática da verdade por meio do pensar filosófico, o qual mencionamos no início do parágrafo anterior. Esse comportamento é uma maneira de apontar os questionamentos resultantes desse estudo, os quais influenciam a nossa rotina.

Numa conduta de julgamento, devemos inquirir acerca da amplitude e

alcançe desse conhecimento preliminar. Nesse sentido, adquirimos compreensão sobre este conceito que nos instiga e persuade. De muitas formas, poderíamos delinear uma averiguação filosófica relativa à verdade. Todavia, esse trabalho propõe examinar o conceito de verdade segundo o pensamento de Anselmo de Cantuária.

Anselmo de Cantuária, arcebispo e doutor da Igreja, foi um dos expoentes da Filosofia na Baixa Idade Média, vivendo entre os séculos XI e XII. Muitos outros pensadores o estudaram e, por suas reflexões, puderam construir também suas teorias. O pensamento anselmiano exerceu influência entre os demais doutores da Igreja, como Boaventura de Bagnoregio (1221-1274), Tomás de Aquino (1225-1274), sendo influenciado fortemente por Agostinho de Hipona (354-430 d.C.), em suas ideias platônicas. Assim sendo, estudar Anselmo auxilia na compreensão de toda uma perspectiva que o ultrapassa, quer no aspecto medieval, quer em filosofias precursoras e mais tardias.

Partindo do pressuposto de que a verdade consta como um problema que perpassa toda a história da Filosofia, desde a epistemologia dos filósofos antigos, passando pelo racionalismo e método científico dos modernos até a metafísica dos contemporâneos, nos perguntamos: o que é a verdade para Anselmo de Cantuária? De que forma este problema é tratado pelo pensador? Como ele o aperfeiçoou e como pôde chegar à conclusão?

Ao longo deste trabalho, iremos responder estes questionamentos, de modo preciso e conciso. Mesmo o nosso pensador teve uma certa dificuldade ao explorar o assunto, pois ocasionalmente parecia-lhe ter atingido o objetivo, em outras sentia que estava com a mente ofuscada. Devemos ter em consideração que este nosso assunto a ser dissertado não é fácil. Requer dedicação, deve-se importar com ele, para entendê-lo, quanto mais deve ter requerido de Anselmo, que o fez para formulá-lo.

O delineamento para tal estudo, a partir da compreensão dessa problemática, toma o seguinte processo: primeiramente, fazemos algumas considerações acerca do homem natural, isto é, alguns apontamentos com referência ao conceito que buscamos e a respeito da investigação sobre os princípios que norteiam a referida concepção.

Após entendermos este conceito e as razões que levaram Anselmo a estudá-lo, chegaremos às ideias colocadas pelo presente filósofo, que constituem as pontes para alcançarmos a definitiva e importante caracterização da verdade. A

seção que finaliza nosso trabalho será precisamente a contemplação dessa verdade permanente e determinante, sendo ela eterna, perfeita e necessária.

Anselmo pensou em dar uma resposta às indagações de seus confrades beneditinos que ansiavam por seus escritos e a forma que se daria esta empreitada. Dentro da teoria pensada e arquitetada pelo primaz da Inglaterra, iremos nos debruçar sobre as composições das verdades propostas por ele. A verdade, portanto, é o conceito central desse trabalho. Refletir a verdade é relevante para pensarmos como nossa sociedade seria se não a tivéssemos em questão, por meio de documentos que traduzem todo um conjunto de normas e leis que, se sendo descumpridos, acarretam trágicas consequências.

A via pela qual nossa análise perpassa inclui as variadas obras do filósofo em questão. Elas contém o pensamento ontológico do autor e revelam as indispensáveis particularidades a serem discutidas na composição desse trabalho. O ponto de partida será a verdade prévia tida por senso comum, e a chegada o conceito pelo qual Anselmo empreende todo um percurso, sendo uma antiga busca do ser humano que, por fim, é capaz de engendrar essas ideias e organizá-las em seu pensamento.

Por se tratar de uma obra ainda desconhecida, mas não menos interessante, talvez porque a genialidade do filósofo em questão tenha sido melhor direcionada nos escritos *Monologion* e *Proslogion*, ainda assim buscamos no *De Veritate* o reconhecimento merecido, sendo esse nosso objeto de estudo porque é relevante por si próprio, e para que não permaneça esquecido, ofuscado, dado que este trabalho se constitui um esforço de recuperar sua importância.

Levando ainda em consideração que a verdade se encontra abandonada em nossos dias, sobretudo no meio político, e ainda nossos pontos de contato e semelhança com suas impressões, já que integramos a lógica da formação religiosa, o exercício e a interpretação do referido autor se mostram bastante apropriados. Esperamos, por esse motivo, colaborar com este trabalho em nossa congregação religiosa e comunidade acadêmica, posto que são poucos os escritos a respeito do referido filósofo. Para tanto, se faz apropriado e até mesmo substancial o presente estudo.

Faz-se pertinente entendermos o contexto histórico em que o pensador em questão se encontra inserido. A Baixa Idade Média compreende o período em que o

sistema feudal se encontra em declínio, o capitalismo começa a se estruturar, surge o absolutismo europeu e do mercantilismo, das expedições cristãs e o nascimento de um novo estrato social, a burguesia, a nova aristocracia; apesar de que ele não vivenciou todos estes pormenores da História.

O pensamento de Anselmo se adequa à perspectiva da Escolástica, método do pensar crítico com princípios monacais cristãs que deram origem às universidades que convergiam suas instruções nas artes liberais. Embora nosso amante da sabedoria possa ser classificado um dos iniciadores desse novo ensinar, o artifício certamente atingiu culminância com Tomás de Aquino, também doutor da Igreja, séculos depois.

Para isso, defender-se-á o argumento de que a investigação sobre a verdade interessa à Filosofia porque o pensamento filosófico não é outra coisa senão a busca de conhecimento, ou seja, a procura pelo que é verdadeiro. Pretende-se apresentar as várias concepções de verdade investigadas e analisadas pelo filósofo, a saber, verdade como opinião e verdade da enunciação. Quer-se demonstrar que a verdade, para Anselmo, encontra-se na mente divina. É, portanto, verdade suprema.

Na primeira seção, abrangemos a vida do filósofo, suas origens, como o prior de um simples mosteiro veio a se destacar na Igreja daquela época e a conjuntura da cristandade nos tempos medievais, bem como a ciência que muito produziu à humanidade, seja na prática, seja intelectualmente. O raciocínio peculiar anselmiano, as influências de seu pensamento, suas obras e método utilizado por ele, a partir da Escolástica. Trata-se de um preparar para o que virá a seguir, de modo mais conciso e aprofundado.

Na segunda seção, temos as diversas conceituações de verdade apresentadas por Anselmo de Cantuária, com o objetivo de fomentar em quem se faz partícipe dessa pesquisa um interesse que irá conduzi-lo à verdade, fonte de todas as outras verdades que conhecemos, visto que não poderíamos passar à próxima parte, sem a explicação de cada uma dessas imprescindíveis percepções, as quais nos ajudam de modo significativo.

Por último, na terceira seção pretende-se demonstrar que a verdade, para Anselmo, é suprema, isto é, encontra-se na mente de Deus e não pode ser dissociada da justiça e da razão. Dessa forma iremos mostrar, a partir de seu famoso argumento ontológico e das discordâncias relativas a esse, como surgiu enfim a ideia de Deus. Uma concepção que, através da fé, Anselmo já tinha em seu entendimento, mas que

queria entendê-la melhor.

Com isso, esperamos que o leitor possa atingir conosco o propósito esperado para este trabalho, que é a sua compreensão. Sabemos da dificuldade em conseguir este intento, como mencionado anteriormente, mas com uma proveitosa observação das obras anselmianas, e sendo atenciosos ao que elas podem nos trazer de benefícios, certamente iremos percorrer este itinerário com um aproveitamento maior.

1 O INÍCIO DO PENSAR A VERDADE NA FILOSOFIA ANSELMIANA

*Qualquer verdade passa por três estágios:
primeiro é ridicularizada.
Segundo, é violentamente combatida.
Terceiro, é aceita como óbvia e evidente.*
Arthur Schopenhauer

A temática da verdade se apresenta como um dos principais problemas epistemológicos da história do pensamento e, por vezes, em toda a história milenar da Filosofia, dos antigos aos contemporâneos, é tão discutida. Tomando por foco a Baixa Idade Média, se faz pertinente trazer à tona este assunto de modo a nos dispormos a analisá-lo e discutí-lo, sob a perspectiva de Anselmo da Cantuária, um dos pilares da Escolástica, precursor deste método de suma relevância para a formação de nossa sociedade ocidental.

Na história da Filosofia muitos foram aqueles que se dispuseram a analisar este conceito. Já a conceituaram em um sistema de valores, a associaram ao relativismo moral, ao dogmatismo, em seu caráter absoluto, ao racionalismo; também pelo viés da atual fenomenologia, no ponto de vista metafísico e gnosiológico, na essência de cada indivíduo do existencialismo, o que diz muito do que nós somos; embora outros simplesmente afirmaram que ela não existe, não tem fundamento em si mesma (niilismo).

Para melhor compreendermos o sentido da verdade na Filosofia, voltemos nossa atenção à concepção de que a verdade é a convergência do intelecto ao real, a partir da aceitação ou acordo de uma determinada comunidade ou cultura. Em geral, entende-se por verdade como uma propriedade dos juízos em se corresponderem afirmativamente ou não com a realidade. Essa especificação pode ser aplicada tanto às concepções do conhecimento como processo mental quanto às que o consideram uma atividade linguística (cf. JAPIASSÚ, MARCONDES, 1996).

Assim sendo, se faz conveniente nos dispormos a conhecer um pouco dos pormenores que nos ajudarão a entender, apreender as particularidades e detalhes que destacam o mencionado filósofo no período em que experienciou em sua vultosa existência. Favoráveis a este intento vamos conhecer um pouco sobre sua vida, seu pensamento, suas obras, bem como o contexto em que estavam inseridos. Passemos

então a estas minúcias expressivas que serão importantes subsídios para nosso entendimento.

1.1 O FILÓSOFO: VIDA

Anselmo nasceu em Aosta, cidade em que também nasceram seus pais Gondulfo e Ermenberga, no ano de 1033, Reino da Borgonha, no seio de uma família abastada. Ingressou em um mosteiro beneditino, tornando-se prior e abade na França. Em 1093, foi nomeado arcebispo da Cantuária (cf. STREFLING, 1997).

Há que se salientar, ainda segundo Strefling, que o referido doutor da Igreja abraçou a vida monástica, da qual era atraído desde a tenra idade, direcionando-se ao país dos gauleses em 1060, sendo iniciado pelo prior Lanfranco aos vinte e sete anos, do qual seria o sucessor tanto no mosteiro de Bec, situado na região montanhosa da Normandia, quanto na sede arquiépiscopal da Cantuária, primaz da Inglaterra. Ingresso nesta ordem dos beneditinos, se esforçou com muita dedicação.

S. Anselmo encontra-se profundamente arraigado no solo da cultura beneditina. Com seu estilo de vida conscientemente patriarcal e baseado na agricultura [...] Os monges beneditinos sempre timbraram em manter um contacto [sic] vivo com seu passado cheio de glórias, conservando com solicitude amorosa suas bibliotecas monásticas (BOEHNER, GILSON, 1982, p. 254).

A ordem beneditina foi fundada na abadia de Monte Cassino, por São Bento, irmão gêmeo de Santa Escolástica, na Itália, há 1492 anos. É a mais antiga ordem monástica de clausura existente. Com o lema *ora et labora*, seus membros priorizam a oração, o trabalho e a vida litúrgica. Está sediada na igreja dedicada a Santo Anselmo, no monte Aventino, uma das sete colinas de Roma.

À época da nomeação de Anselmo para a importante sé inglesa, o monarca Guilherme II, o Ruivo estava gravemente enfermo e, sob o risco de se encontrar privado dos últimos sacramentos, acabou consentindo com a designação da Igreja, e a contragosto, o revestiu das insígnias episcopais.

O rei recusou a cumprir o prometido ao recuperar a saúde, impondo ao metropolitano nomeado diversas lutas político-eclesiásticas, que no decorrer destas Anselmo defendeu os direitos pontifícios sob os quais se achava resguardado, por exemplo o de ir à Roma a fim de buscar o pálio, símbolo da aprovação pontifícia à sua

nomeação ao arcebispado.

Faleceu aos 76 anos de idade, em 1109, no dia 21 de abril, data em que a Igreja todos os anos celebra sua memória. No ano de 1163, o então arcebispo da Cantuária, Tomás Becket, hoje também santo, enviou para Roma seu processo de canonização. Em 1730, o Papa Clemente XI o declarou doutor da Igreja (cf. STREFLING, 1997).

1.1.1 A Cristandade na Idade Média

O contexto histórico em que o pensador em questão se encontra inserido é a Baixa Idade Média, que compreende uma série de aspectos como a decadência do feudalismo, estruturação do modo de produção capitalista, formação das monarquias nacionais europeias, renascimento comercial, cruzadas e o surgimento de um novo grupo social, a burguesia; embora o próprio não os tenha vivenciado, porque estes processos estavam, em sua época, sendo gestados.

Em meados do século XI, inicia-se um lento mas progressivo momento cultural, que corresponde com as novas formas de vida urbana, como as comunas livres. Começa-se a conceder crescente atenção com as artes liberais. Gramática e dialética se situam no foco de atenção dos estudantes e em número cada vez maior de clérigos seculares (STREFLING, 1997, p. 16).

Mesmo com o declínio dos feudos, é fundamental compreender que a concepção que se tem de Deus no período medieval é de um senhor e senhor por excelência. O Senhor dos senhores e Rei. No século XII, o que se seguiu à existência anselmiana, foram estabelecidos os sete pecados capitais, os sete sacramentos e os sete dons do Espírito Santo, sendo o 7 o número que O remete. Os fieis, do humilde camponês ao imperador, O veem representado sob forma humana e majestádica. Para os cristãos, as imagens sempre significaram um sentido devocional (cf. LE GOFF, 2010).

A Igreja era dotada de grande persuasão, porém as tensões entre a instituição fundada por Cristo e os governantes aumentavam. Nas paróquias rurais, os senhores feudais controlavam os assistentes, cobrando deles juramentos de fidelidade, o que resultava no aumento de suas rendas de senhorio. Em conjunturas superiores, eram os reis que nomeavam os candidatos episcopais de suas preferências, a fim de que

estes angariassem fundos para as tesourarias régias (cf. BARROS, 2009).

O Império no contexto medieval remonta a um antigo entendimento, de substancial relevância: a Roma Antiga, que deixou de existir em 476 d.C., sendo que na referida circunstância, no território que outrora pertenceu ao Império Romano do Ocidente agora se encontravam inúmeros reinos, em sua porção ocidental. Esta noção a que nos referimos sempre esteve associada a um poder a ser empreendido.

Não se deve confundir a sociedade cristã na Idade Média com o Império, pois este albergava cristãos dentro e fora de seu território. Na visão da Igreja, o Império estava contido na cristandade. Porém os papas nunca aceitaram a ideia de que o universo cristão estaria unido sob um imperador. Tanto é que estes eram coroados pelo romano pontífice. O papa fazia o imperador pela unção que lhe certificava.

O imperador era o regente dos corpos e o papa, das almas. O primeiro era como um filho querido nos braços de um pai, sendo que o segundo constituía esta figura paterna, com a distinção e o domínio que lhes são característicos. Havia uma certa união enigmática entre essas duas figuras, sendo que a figura temática cabia ao romano pontífice e a assumida, ao imperador.

Neste período houve o advento das universidades, como as de Bolonha, Paris e Oxford, que se formaram a partir da doutrina cristã ou sabedoria, cuja unicidade se estabelecia na fé cristã. De modo que a cristandade era o conjunto de todos os cristãos que contribuía naquele tempo para os fins da Igreja. Há que se destacar que essa sociedade não se enreda com qualquer corpo político (cf. GILSON, 2001).

1.2 O FILÓSOFO: O PENSAMENTO

Anselmo quis através de seus escritos, elucidar diferentes questões, atreladas ao pensamento filosófico da época, o século XI¹. Deve-se ter assim, o cuidado para não inserir suas ideias no pensar filosófico do século seguinte, embora estas tenham sofrido influências de modo significativo.

Seu raciocínio se insere no entendimento da Escolástica, técnica do pensar crítico com raízes monásticas cristãs, que deram origem às universidades que concentravam seus ensinamentos nas sete artes liberais, a saber: Dialética,

¹ Aqui é necessário um adendo: “Portanto, longe de santo Anselmo, que viveu no século XI, pertencer ao pensamento do século XII, como se pretendeu estranhamente, cumpre dizer que, com ele, o pensamento do século XI tira a conclusão normal que a controvérsia entre dialéticos e antidialéticos devia receber.” (GILSON, 2001, p. 292).

Gramática e Retórica (*Trivium*) e Aritmética, Astronomia, Geometria e Música (*Quadrivium*). Trívio e quadrívio assim chamados porque eram meios que conduziam à sabedoria.

Embora Anselmo possa ser considerado o precursor desse novo ensinar, o artifício certamente alcançou o seu ápice com Tomás de Aquino, outro doutor da Igreja, alguns séculos depois, de maneira a intensificar a racionalização do pensamento cristão, se projetando como o maior expoente desta corrente filosófica daqueles tempos.

1.2.1 Influências do pensar anselmiano

Sendo considerado o Pai da Escolástica, Anselmo perpassa de forma significativa o pensar agostiniano, trilhando os vestígios do grande bispo de Hipona. Avizinha pela doutrina e estilo, especialmente pelo vivo amor à autenticidade e profunda empatia. Como Santo Agostinho, Santo Anselmo escolheu concentrar suas forças investigativas em determinados entraves particulares, que nos permitem vislumbrar as vultosas linhas deste sistema filosófico (cf. BOEHNER, GILSON, 1982).

Alguns comentadores o tomam como objeto de estudo e análise, particularmente o francês Etienne Gilson (2001, p. 291):

Anselmo foi um espírito de um vigor e de uma sutileza raros. Nutrida do pensamento de santo Agostinho, sua obra apresenta no estado de implicação e de indicação várias idéias [sic] que se desenvolverão mais tarde e excede em todas as direções o argumento ontológico a que se parece praticamente reduzi-la.

Observando a presente citação, fica exposto a dependência de Anselmo em relação ao pensar agostiniano, consequentemente platônico, visto que a problemática do binômio fé e razão, fundamento da Escolástica, estava sendo posta em questão, uma vez que o filósofo confirma a precedência da primeira sobre a segunda. Interessante notar e salientar que o argumento ontológico referido se encaixa ao tema que estamos nos propondo a analisar.

As reflexões de Anselmo se detêm na relação Deus e homem. Não basta crer, é preciso também compreender. Aqui se faz preciso enfatizar isto. Há que se fazê-lo, pois estamos falando do mote de nosso amante da sabedoria. Destarte cabe aqui tematizarmos a gênese e localizar o famoso aforismo anselmiano *Credo ut intelligam*

(STREFLING, 1997, p. 24).

Crer para compreender é, de maneira precisa, o que se propunha a filosofia cristã com os seus autores. A partir da fé, buscar um esclarecimento para determinadas questões desde então tão discutidas e que, dificilmente, um dia terão sido elucidadas de forma absoluta.

A fé é, para o homem, o dado de que este deve partir. O fato que o homem deve compreender e a realidade que sua razão pode interpretar lhe são fornecidos pela revelação; não se compreende para crer, mas, ao contrário, crê-se para compreender (GILSON, 2001, p. 292).

Aqui temos uma indicação norteadora para o entender da filosofia anselmiana, sendo que o contrário não é válido. O compreender para crer, embora represente a preponderância do meio de se pensar, a razão, sobre o meio de se viver, não ratifica o modo como Anselmo concebe suas ideias. É crendo, tendo fé, que pode-se chegar ao lugar requerido pelo filósofo.

Conforme lhe foi pedido por seus pares, para que redigisse a respeito da essência divina e outros assuntos correlatos, Anselmo iniciou seus escritos estabelecendo um equilíbrio entre fé e razão. O procedimento se refere ao das razões necessárias e o objeto vem da ação livre de Deus soberano com o homem independentemente criado e reconduzido para a liberdade (cf. STREFLING, 1997).

Diante dessa realidade, o então prior faz algumas considerações sobre o verídico e o falso, a pedido de seus pares. O *Doctor Magnificus* busca, deste modo, teorizar sobre a verdade com um discípulo seu: “Não me lembro de ter encontrado uma definição da verdade; mas, se o queres, procuremos, através das diversidades das coisas nas quais dizemos que existe a verdade, o que ela vem a ser” (ANSELMO, 1973, p. 151).

Por meio desta proposição, o religioso se coloca na posição de questionador da verdade, aquele que busca encontrá-la de modo autônomo, mas que ao fim, possa alcançar um resultado satisfatório e suficiente com suas indagações.

Erraria pois quem visse na exigência de Anselmo, - segundo a qual a fé deve ser a pressuposição e o ponto de partida da especulação, - um simples assentimento intelectual ou volitivo a qualquer verdade particular [...] Quem não crê é incapaz de viver a verdade, e quem não vive a verdade é inapto para compreendê-la. Assim a investigação da verdade se transforma numa tarefa sagrada (BOEHNER, GILSON, 1982, p. 256).

Uma vez que Anselmo propõe-se a debruçar sobre este assunto, o faz como uma missão a ser cumprida, dada à sua relevância para as elucubrações da época. Certamente foram muitas as questões que lhe vieram à mente, algumas talvez ainda não respondidas até nossos dias, como correspondem a mistérios da fé cristã. Esgotando esta parte a respeito de seu pensamento passemos à seguinte, sobre seus escritos e metodologia.

1.3 O FILÓSOFO: OBRAS E MÉTODO

Ao longo de sua vida, nosso amante da sabedoria escreveu diversas obras, entre as quais podemos destacar as seguintes: o *Monologium* que versa sobre a existência de Deus, suas atribuições, enfim relativo à Santíssima Trindade. Nela, são admitidos dois princípios: as coisas são destoantes em completude e tudo o que detém relativamente uma perfeição é devido à sua colaboração nesta (cf. GILSON, 2001).

No *Monologium*, sua primeira obra sistemática, Anselmo apresenta argumentos com a finalidade de explicar a sujeição ontológica do universo perante Deus, as conceituações por si, as provas subsistentes do Criador relativas aos princípios de bondade e grandeza dos seres. Assim, se define as demais existências, inclusive aquelas dos elementos da natureza.

E o *Proslogium*, cujo nome arquétipo era *Fides quaerens intellectum*, em que se encontra seu argumento ontológico no que se refere à realidade divina, a famosa *Ratio Anselmi*. Nesta obra, Anselmo se baseia nas concepções a seguir: a noção de Deus advinda da fé, o que existe no pensamento já possui existência própria e, o existir de Deus no pensamento portanto denota que Ele, de forma lógica, existe de fato.

Nesta obra, uma reflexão sobre a racionalidade da fé, feita a partir daquele que deseja perscrutar Deus e interpretar aquilo que, de maneira inicial, acredita. Um empenho que se caracteriza com a aglutinação da fé com a razão, visto que a primeira não só dispõe a estrada a ser traçada pela segunda, mas vem em auxílio da própria razão, diante de suas imperfeições (cf. MARTINES, 2009).

Seu eixo de articulação gira em torno do argumento único, que ao identificar o que Deus é, da mesma forma indica o meio pelo qual o ser humano pode engendrar algo de adequado acerca de Deus. Ao tomar o *Proslogium* como uma obra

observativa, somos levados a um sentido monacal da *meditatio*, como um aprimoramento da reflexão, um comprometer-se com o experimentar da fé.

A obra *De Veritate*, que será nosso objeto de investigação neste trabalho de conclusão de curso, é um diálogo disposto ao longo de treze capítulos entre o mestre e seu discípulo. Nele Anselmo disserta, de forma didática, a respeito dos diversos matizes que a verdade pode ser identificada, buscando assim um completo arremate, sendo este o principal objetivo em que está inserido.

O autor dá início às suas inferências convidando o discípulo a observar ao seu redor a finalidade com a qual se destina a verdade. Anselmo estabelece cinco concepções de verdade: a dos enunciados (*veritas in enuntiatione*), a da opinião (*de opinionis veritate*), dos atos de vontade e da essência das coisas (cf. BOEHNER, GILSON, 1982).

A bem da verdade, o que é conveniente louvar na maioria dos escolásticos (particularmente em Anselmo) é a habilidade com a qual manejava a arte da construção silogística e da Dialética [*sic*]. Foi, aliás, o método dialético [*sic*] ou a capacidade de argumentar silogisticamente questões concernentes ao âmbito da fé, que levou a tradição a atribuir a Anselmo e a outros eminentes escolásticos o título de “filósofos” (SPINELLI, 2008, p. 246).

No que tange à dialética, Anselmo escreveu o *Grammatico*, um diálogo que ensina os jovens a respeito das discordâncias próprias desta metodologia, mais objetivamente na resolução de silogismos, bem como rechaçar prováveis evidências. Enfim, a prática da lógica aristotélica, o princípio das categorias. Tudo podemos relacionar ao ordenamento escolástico.

Um dos problemas basilares do pensamento anselmiano remete-se à questão da fundamentação da verdade manifesta ou filosofia cristã. Com efeito, ele se coloca a explorar de forma racional as verdades divinas, e para tal, utiliza-se da escolástica para desenvolvê-las. Pois foi justamente, o consentimento absoluto da verdade manifesta unido ao afincamento de aprofundar com sapiência a fim de embasar a fé com argumentos incontestáveis que atestaram ao nosso autor o título de “pai da escolástica” (cf. STREFLING, 1997).

1.3.1 A Escolástica

Este saber que abrange o período entre os séculos XI e XIV, e que era

assimilado nas escolas por meio de um orientador ou mestre, não era apreendido através da empiria, mas da leitura de grandes volumes eruditos que representavam um compêndio do conhecimento daqueles tempos. De modo que somente quem estivesse livre dos desassossegos materiais, numa disposição de ociosidade, podia se ocupar deste artifício.

O período escolástico pode ser dividido em três fases. Anselmo se encontra na primeira junto a Duns Escoto, fase que é tida por uma convicção total dos pensadores em relação à harmonia entre fé e razão. Para se chegar à esta confiança, se basearam nas obras dos patrísticos, como Agostinho de Hipona e Ambrósio de Milão.

Na segunda, podemos observar a construção de significativos sistemas filosóficos com Tomás de Aquino, que foi discípulo de Alberto Magno, outro representante deste ciclo. É o estágio de grandiosidade do método de ensino por excelência medieval, que se baseou na Lógica, Ciência e Teologia cristã. É a fase intermediária.

A última fase, já em seu ciclo de decadência, devido à inflexibilidade, austeridade e intransigência que a Igreja passou a ponderar a Teologia e dadas as evidências do surgimento do Renascimento, pode-se dar destaque a Guilherme de Ockam, frade franciscano e expoente do nominalismo, doutrina que não permite a ideia de universal nem no mundo material, tampouco no mundo inteligível.

Como verbalização, a escolástica surgiu a partir de uma carência, a formação das universidades. A didática era a seguinte: a interpretação e explicação de um texto estabelecido e argumentação da problemática posta em debate. O mestre era encarregado da leitura, enquanto que a discussão pertencia aos alunos ou discípulos. Este ensino acabou dando frutos.

Os comentários nasceram com as leituras que eram estudadas, usualmente da Patrística, bem como no século XIII, acerca de Aristóteles. Já as discussões deram origem aos questionamentos, uma variedade de imbróglios observados de modo constante sob a atenção de um literato afamado, mestre em lidar com essas dificuldades e acostumado a pôr um ponto final. Havia as do cotidiano e as que ocorriam duas vezes a cada ano.

De fato, a escolástica se tornou uma produção universitária, onde se almejava perpetuar uma compreensão de mundo, tida como única pertinente. No ano 1200 a Universidade de Paris tornou-se o cerne deste movimento, no qual os dispositivos

conceituais de Aristóteles foram utilizados e encontravam o cristianismo com a estruturação do ensinamento da fé (cf. MONDONI, 2018).

Enfim, se tornou a modalidade pela qual a humanidade medieval elaborou a produção do seu saber, seja das coisas relativas à religião, seja das coisas individuais e intrínsecas. Na medida que a escolástica representou, em seu tempo, a junção entre a religião cristã e o conhecimento greco-romano, o seu modo de pensar chegava até os desprezíveis, ensinando-lhes a sabedoria abarcada pelas escrituras.

Ao educar nos mosteiros, institutos e universidades, os mestres da escolástica expunham o conhecimento contido nos livros sagrados aos filhos da aristocracia, futuros monges, já acostumados às fugacidades das riquezas de suas famílias, estes se tornavam então os dirigentes das prerrogativas eclesásticas, e futuros docentes que ensinariam os leigos a pensar e agir (cf. OLIVEIRA, 2013).

Eram nesses ambientes em que a razão se sobressaía, mas que também coincidia com os aspectos da fé, criando assim uma intersecção interessante que perdura até hoje, visto que é consideravelmente laborioso dissociar muitos aspectos agora coadunados que envolvem estas duas realidades presentes em nosso cotidiano.

É sobretudo no estudo da Filosofia que encontramos a oportunidade de discutir e analisar determinados assuntos que, se não tivessem a sorte de ser alçados em questão, certamente estariam relegados ao esquecimento. Esquecimento este que não nos pertence, uma vez que a verdade é um tema sempre recorrente na história da mãe de todas as ciências.

O importante é que seja colocado à vista de todos para que, a partir do que é estabelecido, cada um possa construir sua ideia, sem destoar do alicerce que sustenta todo o pensamento formado e desta forma, assumir para si o saber levantado com a exposição do que é manifesto. Destarte, a escolástica muito contribuiu para com a Filosofia, em seu parecer advindo de séculos passados. Com isso, os amantes da sabedoria foram substancialmente beneficiados.

Neste capítulo, portanto, tivemos a noção do patamar alcançado por Anselmo, os horizontes, os panoramas vislumbrados por ele e seus caminhos transitados. A partir do próximo, iremos nos aprofundar nas concepções de verdade legitimadas por ele. Assim estaremos propiciando a continuidade do objetivo deste trabalho e adentraremos a questão que nos é específica e tão cara.

2 CONCEITUAÇÕES DE ANSELMO ACERCA DA VERDADE

*A vontade de verdade ainda nos há de arrastar
para muitas aventuras,
essa célebre veracidade de
que todos os filósofos falaram
até os dias de hoje com veneração.
Friedrich Nietzsche*

Anselmo da Cantuária, quando se colocou a inquirir sobre a verdade, certamente visualizou em sua mente diversos entendimentos e compreensões que poderia percorrer a fim de se chegar ao que estava propondo, de modo que se fizesse compreensível a quem posteriormente, em diversas partes do mundo, se dispusesse a estudá-lo e conhecê-lo, como o estamos fazendo, embora não tivesse tamanha pretensão.

Neste capítulo iremos tratar destas abordagens peculiares em que Anselmo organiza seu pensamento a respeito da verdade, para tentar elucidá-la por completo. Concomitante a isso, vamos recorrer às demais obras sempre que possível, a fim de elaborarmos uma construção argumentativa mais adequada, que possa se sujeitar às dúvidas e inquietações que venham a surgir.

Para Anselmo, a verdade é a retidão que só a mente percebe. Convenhamos que a retidão não se apresenta como um caminho tortuoso, mas é objetiva, direta, sem vieses ou inclinações. Ainda assim, o sentido de verdade muitas vezes adquire nuances subjetivas, sem se descolar de sua real significância. O doutor da Igreja atravessa, desse modo, as variadas sedes ou linhagens da verdade (cf. DEL'ARCO FILHO, 2019, p. 305).

Anselmo trilha por estas veredas e busca, desta forma, um melhor proceder para dar início às suas ideias. No que diz respeito ao desenbocar deste assunto que, por fim, chegará no ponto pretendido pelo referido escritor, à medida que vai sendo construído; Desse modo, irá aos poucos sendo elevado o alicerce pelo qual a teoria anselmiana se fará visível e notável aos olhos da Escolástica e daqueles tempos medievais, chegando até nossos dias.

Certos desses matizes, vejamos em seguida como nosso filósofo desenvolve cada um deles. Como alguns possuem uma certa relevância, iremos nos deter em suas respectivas pertinências. Desta forma alcançaremos, com a presteza necessária,

o conceito que o mencionado pensador quer que entendamos ao final de suas considerações, para assim ficarmos cientes de seu itinerário e trajetória trilhados.

2.1 AS VERDADES DA SIGNIFICAÇÃO E DA ENUNCIAÇÃO

Anselmo, em sua obra *De Veritate*, inicia a discussão entre o pedagogo e seu aprendiz a partir de um intenso e proveitoso diálogo a respeito da enunciação, visto que ela pode ser verdadeira ou falsa. Sabemos que, em um enunciado, pode haver afirmação ou negação do que se diz, ainda assim ele não deixará seu estado de circunstante de enunciação, mas poderá mudar, isso sim, o contexto no qual se apresenta.

Apresentado este fato, percebemos a partir do que é justificado a seguir, que é falso aquilo que não condiz com a realidade, representando igualmente, uma sentença verídica. Nosso filósofo, com isso, argumenta com a seguinte expressão, dando voz ao discípulo (1973, p. 152):

[...] Porque nada é verdadeiro a não ser por participar da verdade; e por isso a verdade do verdadeiro está no próprio verdadeiro, mas a coisa enunciada não está na enunciação verdadeira e daí não deve dizer-se que é a sua verdade, mas a causa da sua verdade. Por essa razão, parece-me que a sua verdade não deve ser procurada a não ser na própria proposição.

Há, em toda enunciação uma dupla significação, segundo nosso pensador. É reta e verdadeira, até que se prove o contrário, bem o sabemos. Quando um ser ou objeto cumpre o significado de ter recebido aquilo que deveria significar e mais, realiza aquilo pelo qual foi feito. É uma questão deveras lógica. Pois se este ser ou objeto não está capacitado para encarregar-se de suas funções ou tarefas, logo poderá não significar aquilo que antes era considerado.

Também deve-se raciocinar que, na mesma enunciação, podem surgir outras várias, à medida em que se edifica o saber apreendido, confirmando algumas, descartando outras. Pois, conforme vamos avançando neste levantamento de ideias, o que antes tínhamos por verdadeiro já passa a ser tido por falso. É o que ponderamos sempre, o que na atualidade é uma sentença quase que definitiva, no futuro pode não ser.

Certos destas veracidades que nos atingem constantemente, podemos afirmar que Anselmo, nestas suas indagações, por meio do mestre e seu discípulo,

buscou a correspondência entre intelecto, fala e coisa. A coerência entre fala, descrição de mundo e mundo.

2.2 A VERDADE DO PENSAMENTO OU OPINIÃO

Anselmo, em seus escritos versados sobre a verdade, continua a discussão entre o mestre e seu discípulo tendo como pano de fundo uma segunda modalidade da verdade, a da opinião. Esta, por mais subjetiva que possa parecer, é alusiva ao pensamento e, por sua vez, pode nos indicar um senso genérico por se tratar da retidão, palavra que tanto o lombardo faz uso ao longo de sua referida obra.

Posto que o filósofo já havia iniciado a discussão, em uma breve introdução, dizendo que a verdade pode não ter princípio nem fim, e que antes dela existir, talvez poderíamos conhecer algo que se aproximasse desta definição, é importante considerarmos estas ponderações, pois delas surgem vários questionamentos, enriquecedores por si só, e que nos apontam caminhos e direções para realizarmos uma profícua reflexão acerca deste assunto.

A ascensão à verdade partindo da *dóxa* (opinião), ou seja, da apresentação das opiniões e de seu confronto, para concluir que a verdade não é da ordem da opinião e, portanto, que deve ser buscada na interioridade. Ainda assim, a via do diálogo é importante porque torna possível, pelo exercício da razão dialética, chegar à verdade. É pré-condição. O uso do diálogo como estratégia (inspirada na filosofia platônica) é necessário. Dialética escolástica. *Quaestiones disputatio*.

[...] nada se diz mais retamente verdade do pensamento do que sua retidão. De fato, para isso nos foi dado poder pensar que algo existe ou não existe, para que pensemos existir o que existe e não existir o que não existe. Por essa razão, quem julga existir o que existe, julga o que deve e, por isso, o pensamento é reto. Por conseguinte, se um pensamento não é verdadeiro e reto senão porque julgamos ser o que é e não ser o que não é, a sua verdade não é outra coisa senão a retidão (ANSELMO, 1973, p. 155).

No que refere a este trecho, a opinião como verdade em Anselmo destarte nos indica com precisão e objetividade escolásticas o seu modo de filosofar, não permanecendo seus argumentos em aspectos e características fluidos, abstratos, mas sim, carregados de uma conduta concisa e objetiva que visa, através de uma estratégia didática, se fazer acessível, no caso, aos seus colegas de monastério.

É pertinente observar que o discernimento que nos é concedido por meio da

razão nos possibilita fazer escolhas e, desta maneira, abre nosso intelecto ao reconhecimento da verdade, à esta percepção que aos poucos se torna tão óbvia e nítida a nossos olhos. É através dela que temos a clara evidência de que nosso juízo está funcionando como deveria funcionar.

Ao apreciarmos posteriormente o argumento ontológico anselmiano, iremos verificar que esta correspondência se mostra presente em seus pareceres acerca do que representa a verdade suprema, por exemplo. Nestes pareceres, cabe a nós lembrar que Anselmo não descuidou de sua identidade como religioso, visto que compete a cada um de nós levar isto em consideração.

Ainda que a Filosofia seja laica e independente de qualquer crença transcendente, nunca é demais frisar que devemos estar em consonância ao saber da época, o medieval, que recebeu tantas influências eclesiásticas e que, inclusive, era restrito aos membros da Igreja, ainda que estes o ensinassem nas recém-fundadas universidades europeias que sobrevivem ainda hoje como prova de que a ciência atravessou séculos em pleno desenvolvimento.

2.3 A VERDADE DA VONTADE

Anselmo, em sua obra *De Veritate*, versou sobre a verdade como expressão da vontade. A retidão tão repetida pelo Arcebispo da Cantuária está ligada de modo intrínseco à razão, sendo esta a origem dos atos e ações que praticamos. Com efeito, tudo se mostra harmoniosamente encadeado, ou seja, uma reação em cadeia que de tantas maneiras nos aparece.

Tomando por base outra obra de nosso amante da sabedoria, *De Grammatico*, o questionar da linguagem no que se refere a uma substância ou qualidade nos indica um outro contexto lógico neste panorama que estamos a construir. Trata-se da significância da retidão, visto que então se clarifica o sentido pelo qual nos é colocado.

O Doutor Magnífico esclarece a relação entre verdade e retidão, enquanto o significar (enunciar/pensar) existir o que existe e o não significar (não enunciar/não pensar) existir o que não existe, demonstrando, portanto, em ambos os casos, o que deve ser e o que se faz enquanto retidão da (na) ação. Por conseguinte, ao significar existir o que existe e não existir o que não existe, a significação é reta, e reta é sempre a verdade (ROMIO, 2008, p. 57).

Faz-se necessário ressaltar que, para Anselmo, a vontade se exterioriza como

verdade a partir de quando este desejo for benéfico, necessariamente. A ação maléfica se opõe à verdadeira justamente por ser a causa de toda e qualquer ludibriação, que busca burlar o que é reto. É neste burlar que enxergamos a sinuosidade da representação do mal, algo que iremos analisar adiante.

A vontade (*voluntas*) como verdade é também comentada por Roberto Hofmeister Pich (2009, p. 122):

A verdade da vontade consiste em fazer ou querer com a vontade o que é devido, cumprindo o motivo de ter-se recebido esse poder: verdade ou retidão na vontade é querer o que deve querer, operar, portanto, de forma devida, quando se opera, ou seja, querer o bem em si e por si mesmo quando se dá poder querê-lo.

Seguramente, quem se coloca a fazer o que é certo também está em busca de resultados positivos, que lhe tragam um bem-estar satisfatório, algo do que já dizíamos anteriormente. Trata-se do encadear das ações, sendo que, quando se busca uma ação errônea, o indivíduo deverá fazê-la quantas vezes for preciso, até atingir o correto.

Outro comentador, Paulo Martines, nos diz a respeito da liberdade da vontade, o livre arbítrio como o conhecemos, sendo que desta vez nos é colocado o seguinte com base na obra anselmiana *De Libertate Arbitrii* em sua ponderação (2019, p. 77):

Veremos que o propósito de Anselmo será o de procurar uma definição de liberdade de arbítrio a partir da qual o arbítrio e a própria vontade sejam reconhecidos como livres. O que definirá o tratamento da questão será a presença (ou não) de uma vontade reta, que não é outra coisa senão a justiça. A tarefa de Anselmo será a de considerar ao longo desse tratado a liberdade como algo que é inadmissível na criatura racional, ainda que seja necessário fazer algumas distinções referentes à presença ou não da retidão.

Dada esta informação, é possível dizer que sobretudo no que se refere à conceituação do livre arbítrio, Anselmo se mostrou e se mostra acessível ao indicar sem delongas e muito racionalmente o real direcionamento da vontade, tendo em vista a autonomia de cada ser humano. Não há liberdade sem decisões, e estas devem ser prudentes e apropriadas à exatidão.

Em razão da liberdade se constituir outra definição que tange a história da Filosofia, certamente a ela alegamos o papel de preceptora da verdade, título que não se mostra difícil de ser facultado, em virtude da necessidade que cada ser humano tem de indagar livremente, sem objeções nem temores em relação ao que venha a

ser esta condição.

2.4 A VERDADE DA AÇÃO NATURAL E DA AÇÃO NÃO NATURAL

Ao dar prosseguimento às suas análises filosóficas a respeito das categorias da verdade a partir do diálogo entre o mestre e seu discípulo, Anselmo nos coloca desta vez diante de um trecho da Sagrada Escritura, do Evangelho de João, que relaciona as ações humanas com a luz da verdade, sendo que a pessoa que age bem é atraída por este brilho. A que age mal parece fugir dele.

Fazendo uso de analogias, algo próprio da Escolástica, o discípulo diz ao seu mestre, um sinal de que muito bem entendeu, que o fogo faz o que deve ao aquecer, pois essa é a sua finalidade. Da mesma forma poderíamos dizer que a água cumpre sua retidão ao saciar, o vento ao refrescar e a terra no sustentar. O encarregar dos elementos e dos seres diz totalmente o que eles são, onde a sua essência está contida.

Neste jogo comparativo, nos cabe questionar a finalidade do homem. Fazer o que é correto ao agir bem, a partir do conceito de verdade em sua semântica original, é o que nos dá a apreender de nosso filósofo. Aquele que deseja o que deve realiza bem e retamente (cf. ANSELMO, 1973). Anselmo de Aosta pondera ainda que o Diabo não se conservou na verdade, porque o divisor não a aceitava.

Neste construir da compreensão, Anselmo da Cantuária empresta seu conhecimento ao mestre e nós somos chamados a tomar parte deste aprendizado alicerçado pelo discípulo, que pode fazer as vezes de qualquer pessoa, desde que esteja disposta a concordar com suas proposições, e mesmo partindo do contrário, refletir então o porquê de seu discordar.

Há, neste contexto, o ensinamento que nos traz subentendida a diferença entre a veracidade na ação natural e na não natural. Quando o fogo realiza o seu ardor, ele está a exercer uma ação necessária, diferentemente do ser humano que tem diante de si vontades e escolhas, o seu querer, o agir espontâneo (cf. PICH, 2009). Esta autenticidade é algo pessoal, específico, mas que reclama um esforço para ser encontrado, e com isso, mantida.

Poderíamos também pensar que a verdade, da mesma forma, se encontra na não afirmação (negação) de um determinado ser ou objeto frente a alguma função ou finalidade específicas. Ao imaginarmos um carro, sabemos que possui quatro rodas,

mas que, simultaneamente, não pode voar. Nisto consiste um exemplo que, de muitos modos poderia ser explanado.

2.5 A VERDADE DOS SENTIDOS

Neste caminho traçado acerca das diversas gradações das coisas fidedignas, Anselmo nos posiciona nesta relação existente entre tato, olfato, paladar, visão e audição e as acepções que nos são dadas a partir destes. Novamente, o pai da Escolástica usa do artifício da paridade, do confronto entre as ideias a fim de nos instruir.

A vontade (*voluntas*) como verdade é também comentada por Anselmo (1973, p. 158):

Com efeito, quando um menino se atemoriza diante de um dragão esculpido com a boca aberta, facilmente se conhece que a vista não provoca isso, que nada mais faz saber as crianças do que aos velhos, e sim o sentido interior pueril, que ainda não sabe discernir bem entre a coisa e a semelhança da coisa. Tal é o caso quando, ao vermos um homem semelhante a algum outro, cremos que ele é aquele ao qual é semelhante; ou quando alguém, ao ouvir uma voz que não é de homem, crê que é voz de homem.

Nesta notação percebe-se que o *Archiepiscopus Cantuariensis* evoca uma interpretação situada nas distintas gerações mencionadas que, de modo superficial, pode nos parecer uma alusão à experiência, não a que viria a ser ocupada pela ciência séculos mais tarde, mas aquela vivenciada inúmeras vezes e que acaba se tornando parte da sabedoria adquirida entre os idosos e que as crianças desconhecem.

Nas circunstâncias de então, o prior de Bec emprega a similaridade, mais uma vez, exemplificando com um vidro que assume uma cor quando esta se encontra refletida nele, visto que isto acontece com os objetos transparentes, acromáticos. Nesta retidão do vidro verificamos a sua função, que deixa passar a luminosidade de todas as cores que por ele se fizerem transluzir.

Estes arquétipos usados para nos explicar os sentidos se ligam à representação dos signos sensíveis dominados pelo homem partindo-se dos signos corporais, algo dito no *Monologion*, obra que iremos tratar no capítulo seguinte, último de nosso trabalho. Com a ressalva de que, ao mesmo tempo, estão inclusos na questão do juízo de valor, próprios de cada indivíduo.

Dando continuidade ao que nos propomos a estudar, Anselmo se vale

similarmente de outra amostra imaginativa. Agora com uma conduta que nos alerta para o fato de que nem tudo o que vemos corresponde ao que realmente é. Trata-se do bastão inteiriço que nos dá a impressão de estar partido dentro da água, o que posteriormente o saber científico definiu como sendo a refração da luz.

Se os sentidos nem sempre nos conferem a noção exata do que condiz de fato a situação, havemos de convir que ao menos eles desempenham a tarefa que lhes foi confiada, como a de transmitir um aroma adocicado, ainda que este indique perfumes distintos. Ou, ainda, ao distinguir sabores como o de um pêssego e de uma nectarina.

2.6 A VERDADE DA ESSÊNCIA DAS COISAS

Ao abordar a temática das diversas variantes da verdade, Anselmo não deixa que estas se apresentem de forma isolada. São como um todo, mas percebidas de perspectivas díspares, para facilitar a assimilação de forma didática. Escrevendo sobre a essência, podemos nos reportar à convicção de substância, natureza de um ser ou objeto.

O que mais tarde o filósofo Immanuel Kant² definiria como a verdade desvelada, Anselmo diz que a verdade na essência das coisas existe, porque são o que são na verdade suprema, temática que iremos discutir no próximo capítulo junto ao argumento ontológico, pois estas duas ideias se coadunam e harmonizam entre si. Em seguida a este comentário, nosso filósofo questiona a ação no verdadeiro e falso.

Regressando à caracterização da significação, como é posto no *De Grammatico*, ela pode possuir estas duas vertentes já ditas, o verídico e o errôneo. Daí a crítica anselmiana à mentira, não obstante sua finalidade. Entra aqui em questão um aspecto indispensável que nos faz chegar à resolução da situação, a dúvida. Esta que pode nos evitar problemas e alcançar a verdade.

Assim nos diz Anselmo (1973, p. 164):

Se estivésseis num lugar onde soubesses que havia ervas saudáveis e mortíferas, mas não soubesses distingui-las, e se aí estivesse alguém de quem não duvidasses que as soubesse discernir, e que, ao perguntares quais as saudáveis e quais as mortíferas, te dissesse com a palavra que umas eram saudáveis e, por outro lado, comesse das outras, no que acreditarias mais, na sua palavra ou na sua ação?

² “Immanuel Kant (1724-1804), filósofo alemão do século XVII que tomou uma posição distinta da de Anselmo, apontando, o que para ele, seriam falhas no argumento.” (SOUZA, 2017, p. 24).

Nesta colocação, podemos acrescentar um detalhe que versa sobre a coerência. Pois ao identificar em outrem os sinais de que é confiável, de nossa parte é creditado um aumento de certezas, um expressivo acréscimo de credibilidade. Mas, se do contrário haver algum engano junto a esta pessoa, parece que todo e qualquer receio relativo à ela nos toma conta.

Em toda e qualquer essência, existem características que determinam se algo faz parte ou pertence a uma estipulada classe. É na classificação das coisas que encontramos este significado ainda mais arraigado, uma vez que, se algo possui uma natureza diversa, que não condiz com as demais que estão naquele grupo, já então é posto em um novo ordenamento.

2.7 PONDERAÇÕES FINAIS SOBRE AS NUANCES DA VERDADE

Quase ao fim de seus escritos acerca da verdade, Anselmo, através do diálogo entre o mestre e seu discípulo, passa a nos interpelar no que diz respeito às distintas acepções de dever e não dever, poder e não poder, concluindo que a mesma coisa deve ser e não ser, simultaneamente.

Devido à sua condição de religioso, Anselmo nos dá o exemplo de Jesus, que não devia sofrer pela morte, entretanto Ele mesmo assim o quis, sofrendo-a. Assim sendo, nos coloca o filósofo que, de diversas maneiras o mesmo ser ou objeto assume caracteres e aspectos antagônicos. Mais uma vez, nos é dado um exemplo. Como a ação de golpear, em que temos o agente que golpeia e que pode ser golpeado nesta ação (cf. ANSELMO, 1973).

Nas muitas situações em que nos encontramos, podemos ter a ciência de que o que para nós pode significar uma coisa boa, para o outro, não. Certos hábitos brasileiros, por exemplo, não são bem vistos pelos estrangeiros, como o fato de tomarmos vários banhos ao dia, tocarmos em alguém durante a conversa. Isso se torna aparentemente estranho para eles.

Afinal, atitudes peculiares que diferem entre os povos do mundo. Mesmo que muitos compartilhem algumas verdades, cada lugar possui suas regras, costumes, rotinas que perfazem um itinerário, que se for quebrado, causaria uma confusão e todos ficariam perdidos. Os protocolos e cerimoniais que o digam. Uma questão de organização do ambiente.

Enfim, ao terminarmos a escrita deste capítulo, já estamos preparados para nos aprofundar na verdade suprema, a que Anselmo se dedicou com afinco. Convictos de que, ao assumir uma posição, deve-se arcar com todas as suas consequências, nosso pensador não se embaraçou ao discorrer sobre o que queria, ainda que viessem a surgir rejeições. Obviamente, encontrou quem discordasse de suas ideias, Gaunilo de Marmoutier³. Discordou do argumento ontológico de Anselmo, assunto que trataremos no capítulo terceiro e último de nosso trabalho de conclusão de curso.

Certos que conseguiremos atingir o objetivo final deste trabalho, ao incluirmos as diferentes faces da verdade, passemos então à verdade em sua aparência magna, aquela que fornece o suporte para que as outras verdades possam sê-las, em suas naturezas para as quais foram criadas. Nesta passagem de ideias, haveremos de consentir com nosso pensador e suas declarações a esse respeito.

³ “Gaunilo (994-1083) foi um monge beneditino nascido em Marmoutier, na França. Contra o argumento ontológico de Santo Anselmo, escreveu o *Liber pro insipiente* ao qual Anselmo respondeu com *Liber apologeticus*.” (SOUZA, 2017, p. 35).

3 A VERDADE SUPREMA

*Não devemos de forma alguma preocupar-nos
com o que diz a maioria, mas apenas com a opinião dos que
têm conhecimento do justo e do injusto, e com a própria verdade.*
Platão

Ao buscarmos o conceito de verdade, muitas questões podem vir e surgir à mente. Anselmo de Cantuária sabiamente soube explorar o que para muitos pode parecer confuso ou embaraçoso definir. De maneira precisa, nosso pensador conseguiu se ater a algumas ideias até chegar ao ponto esperado. O objetivo de nosso trabalho, enfim, passa pela verdade suprema, da qual emanam as demais verdades que conhecemos.

Considerando as vias que o Doutor Magnífico percorreu, e que já dissertamos no capítulo anterior, então entendemos o porquê de tantas indagações por parte do mestre para com o seu discípulo e vice-versa. Anselmo foi preparando o caminho, a estrada para que melhor entendêssemos a sua finalidade, a fim de explicar aos seus confrades o que estavam pedindo ou o que precisavam encontrar e compreender de fato.

Muitas são as verdades tidas em tantos saberes que não estão disponíveis a toda a humanidade, seja por falta de interesse no assunto ou ainda por não se ter chegado a tais representações, pois ainda pode faltar estudos, pesquisas a respeito. Podemos criar em nossos imaginários aquela idealização do que poderia vir a ser a verdade da qual estamos a pensar. Mesmo assim, correríamos o risco de não estar convictos com o que realmente é tido por verdade.

A verdade suprema então se trataria de uma certeza, de uma exatidão, da qual não podemos abdicar. Quanto às verdades intermediárias, de que Anselmo fez uso ao escrevê-las para atingir a noção de verdade suprema, todas nos auxiliam na consideração de uma série de supostos levantamentos, sendo que os mesmos são válidos, se e somente se, estiverem inseridos no contexto em que nos encontramos a discutir.

Somos movidos por verdades que se traduzem em leis, estatutos, decretos que, ao serem desrespeitados nos prejudicam, e não somente a nós, como a todos que possam se encontrar ao nosso redor, dependendo das circunstâncias, como no

trânsito, por exemplo. Sem esses códigos de conduta, não nos entenderíamos e tudo ficaria mais difícil de ser estabelecido, concretizado.

3.1 O ARGUMENTO ONTOLÓGICO ANSELMIANO

Antes de nos aprofundarmos no conceito que Anselmo explora como verdade suprema é conveniente abordarmos as provas cosmológicas ou a *posteriori* da existência de Deus. Elas trazem essa denominação porque se iniciam dos seres criados para o Criador. Anselmo já tinha se utilizado dessas três provas para comprovar esta realidade em sua obra *Monologium*. Vejamos em detalhes.

A primeira prova de sua mais extensa obra se refere à bondade divina, da qual todos tomam parte, consoante Strefling (1997, p. 36):

[...] Como as coisas não são igualmente boas, o mais ou menos que se reconheça nesta ordem implica que não possuem em si um princípio particular de bondade, senão que todos participam de um mesmo bem, graças ao qual todo o resto é bom por si mesmo. O sentido de grande que aqui usa Santo Anselmo não é no sentido espacial, mas no sentido de qualidade.

Aqui o Primaz da Inglaterra dos tempos medievais nos coloca diante de uma afirmação categórica e platônica, a partir da qual podemos construir essa analogia: Deus é como o Sol a irradiar o seu brilho e, levando em consideração o calor produzido por esta irradiação, todo aquele que se coloca ao seu redor é tomado por esta propagação, difusão. Assim, o entendimento se mostra mais acessível a nós sobre a bondade divina.

Chamaremos a segunda prova a ser discutida como se se tratasse de uma teoria do principiar. É o que proporciona algo se tornar o que deve ser, um princípio único que possui um estímulo que o faz existir por si mesmo e que nos garante reiterar que tudo aquilo que dele procede, isto é, é por ele originado. Tal princípio, que existe de forma intrínseca, é eminente sobre toda a universalidade, a qual suscitou.

A terceira e última prova do existir divino se associa ao integrar. Refere-se ao conceito de Platão de que todo componente está ligado ao que lhe compôs, o ser das coisas, sem o qual nada poderia se suceder ou ser cogitado. Esse pensamento de Anselmo, então, é platônico-agostiniano, ligado não ao mundo sensível, mas sim ao mundo inteligível.

De forma resumida, em sua obra *Proslogium*, nosso pensador apresenta ao longo de vinte e seis capítulos sua ontologia acerca do onipotente. Desde o segundo até o quarto capítulos, ele explana seis argumentos da existência de Deus, divididos em quatro grupos, que contemplam as concepções de perfeição, necessidade, eternidade e simplicidade. Agora, com o sentido apriorístico, do Criador para as criaturas.

Se Deus existe na mente, então existe de fato, porque na mente é perfeito; e este ser que existe de fato é maior do que o que não existe, deveras não se pode conceber nada maior do que ele. Estas premissas se apoiam na representação de perfeição e, de forma lógica, expressam o encadeamento do arrazoado que Anselmo constroi para provar o que admite.

Também podemos incluir a esta característica divina a ideia de infinitude, porque não é possível dissociar a perfeição de algo que se mostre infinito, seja no sentido de contemplação, seja no sentido de espanto. Este espanto é o que nos impacta, impõe um certo temor e tremor na contiguidade de nossas incapacidades e incertezas. O aostano soube utilizar-se deste conceito para afirmar que a ideia de que Deus não existe, é ilógica.

Portanto, ó Senhor, tu não és apenas aquilo de que não é possível pensar nada maior, mas és, também, tão grande que superas a nossa possibilidade de pensar-te. Com efeito, supondo que fosse possível pensar que existe um ser dessa espécie, se tu não fosses esse ser, poder-se-ia pensar uma coisa maior que tu; o que é impossível (ANSELMO, 1973, p. 119).

Cabe aqui salientar que a concepção fundamental que Anselmo tem de grandeza não se refere à matemática e sim, àquela que designamos a um indivíduo por exemplo, possuidor de um amplo saber, detentor de uma vasta experiência que já lhe rendeu muitos prêmios e títulos; famoso por já ter feito muitos trabalhos, enfim, quando queremos assinalar a importância de uma pessoa.

A concepção seguinte, a de necessidade, é explicitada a partir da lógica do ser que pode ser pensado como não existente sendo este incomparável ao ser que não pode ser pensado como não existente. Logo, esta existência é necessária, e provém daquela ideia da origem, da qual decorrem todas os demais elementos existentes na natureza.

Logo após, vemos a afirmação da eternidade divina. O ser máximo não pode ser pensado como tendo um início, porque isso é auto-contraditório, mas como sendo

o início de outras coisas. Logo, Deus, o ser máximo, existe. A eternidade é uma característica própria de Deus, Ele não possui antecedentes, tampouco um término. N'Ele, o tempo não se insere, é atemporal.

Se constituindo perfeito, necessário e eterno, o divino é também simples. Sua simplicidade é absoluta e se deve ao fato de que não se pode pensá-Lo como não-totalidade, ao mesmo tempo em que se apresenta como inconsistente com sua não-existência. Se torna às vezes paradoxal imaginarmos a plenitude divina a partir da simplicidade, mas esta ideia nos ampara neste limiar.

O argumento ontológico, então, se baseia em quatro premissas: Deus é o ser acima do qual não se pode pensar nada de maior; Deus pode ser pensado; Deus é pensado e Deus existe na mente. Portanto, temos duas colocações a serem feitas tendo-as em vista: a de que Deus existe e a de que não pode ser pensado como um ser não existente.

Há um problema verificável que corresponde à impossibilidade do tolo pensar que o ser máximo não existe. Um engano, porém, porque podemos pensar a palavra, mas não compreender o conceito. Se pensamos a palavra, podemos imaginar que ela não existe, mas se compreendemos o conceito, então este raciocínio se mostra incompatível, é destruído.

Pensar a existência de Deus é um problema que remete à nossa própria ontologia, como seres humanos que somos e nos tornamos e quando queremos assimilar os saberes de nossas origens, o porquê de estarmos neste mundo e os nossos destinos. Antes de tudo, são questões filosóficas que nunca foram plenamente resolvidas e conhecidas, ainda que muitas religiões tentem resolver por si.

A compreensão acerca de Deus pode nos parecer um tanto complexa, trabalhosa, mas percebemos que a Filosofia nos sustenta nesse empreendimento que, aos poucos, vai-se delineando. Importante destacar que quando Anselmo de Cantuária se colocou nesse caminho, não abdicou de sua fé, apenas quis entendê-la melhor. De forma semelhante, é como se um artista plástico tivesse colocado uma pintura para secar e então, aguardado para emoldurá-la por fim.

A Filosofia, nesse ponto, contribui para uma abertura de perspectivas que antes não eram cogitadas, pois anteriormente a qualquer descoberta de pensamento, só se pensava de uma forma. À revelação deste novo modo de pensar surgem variadas e numerosas possibilidades que dão margem a novos questionamentos que auxiliam em uma profícua argumentação, desde que seja trabalhada com o objetivo

de cooperar com o conhecimento.

A partir daí surgem as refutações do também monge beneditino que mencionamos no final do capítulo anterior, Gaunilo de Marmoutier, contemporâneo de nosso pensador. Anselmo não se persuadiu pelas contestações, muito pelo contrário, discordou de modo veemente. Esses contrapostos, que veremos a seguir, certamente engrandeceram a obra de nosso pensador.

3.2 DISCORDÂNCIAS AO ARGUMENTO ONTOLÓGICO DE ANSELMO

Anselmo, ainda em vida, teve que enfrentar as críticas ao seu argumento, apresentadas no chamado “Livro em favor de um insensato”, *Pro Insipiente*, escrito pelo francês que dispôs suas objeções e fez suas considerações sobre o que foi afirmado. Anselmo redigiu um retorno a Gaunilo denominado *Responsio Editoris*. Para uma melhor compreensão das contestações que foram feitas, coloquemos-as então junto à resposta de nosso pensador.

Gaunilo entende o pensamento anselmiano de maneira inconclusa: se alguém têm dúvidas de que Deus exista, então pensa no ser que é Deus. Se pensa, Ele existe no pensamento. E se existe no pensamento, é porque existe indubitavelmente. Nossa existência é intrínseca ao existir de Deus.

Para Gaunilo, o argumento de Anselmo é válido apenas quando já se tem de antemão a certeza de que aquele “ser do qual não se pode pensar nada maior” existe no pensamento de maneira diferente da que é possível existir as coisas falsas ou duvidosas [...] Se o argumento de Anselmo estivesse correto, conclui Gaunilo, não haveria na inteligência a distinção dos momentos de compreender a ideia do objeto e o de compreender sua existência (ATAIDE, 2016, p. 299).

Estas críticas se embasam principalmente nos argumentos apriorísticos não tão aceitos pela Escolástica, pois predominava o método *a posteriori*. Eles foram feitos na obra *Proslogion*, quando Anselmo repensa uma forma melhor elaborada de suas ideias, aprimorando assim os pensamentos a respeito do que havia escrito anteriormente no *Monologion*. Com isso, suscita opiniões contrárias ao que é exposto.

Entretanto, a primeira refutação de Gaunilo se deve ao fato de que, a começar de nossa convicção acerca do que Anselmo afirmou, quando compreendemos o sentido de conceito, sabemos que Deus existe. A questão colocada por Gaunilo se refere à existência do falso em razão de nossa compreensão a respeito de seu

significado.

No entender de Gaunilo, a compreensão toma caminhos diferentes. Para ele, se tivermos uma ideia prévia da existência de Deus, então isso caracterizaria uma petição de princípio, ou seja, uma redundância que não provaria nada. Neste caso, sabemos que Deus é diferente, porque temos o conhecimento de que Deus é.

[...] Então podes acrescentar também que a pessoa que não consegue fixar os olhos na luz puríssima do sol não vê a luz do dia, que outra coisa não é senão a luz do sol. Claro está, portanto, que podemos compreender e ter na inteligência “o ser do qual não se pode pensar nada maior”, porque compreendemos tantas de suas propriedades (ANSELMO, 1973, p. 138).

Com isso, para Gaunilo não haveria sentido de palavra, somente de conceito. Ainda assim, pode-se pensar que Deus existe mas não podemos pensar que o pensamento seja sua existência, porque pensamos coisas que não existem. Logo, Anselmo deveria provar que não devemos fantasiar sobre Deus, mas o respondeu dizendo que quem o contesta, crê.

Em um segundo momento, Gaunilo parte da premissa de que o onisciente é incognoscível. Se Deus for para nós desconhecido, como nada saberemos sobre ele, poderíamos supor com razão, que ele não existisse. Se não existe também no pensamento, então não existe de fato. Anselmo declarou que seu argumento não se referia ao ser, mas sobre o ser pensado. O conhecimento parcial de Deus é conhecimento.

A terceira refutação se deve ao fato de Anselmo ter admitido a existência de Deus tomando por base a perfeição divina. Gaunilo questiona este existir com o imaginar de uma ilha perdida que é perfeita. Com este simples ato não poderíamos assegurar, com precisão, a existência de Deus. Anselmo responderia que somente Deus é perfeito.

Para Gaunilo, a quarta desconformidade se aplica ao sentido da existência divina relacionada aos seus predicados. Para ele, há uma inversão na prova, porque não se pode atestar que algo existe a partir dos atributos daquilo mesmo cuja existência deve ser provada. Para Anselmo, se alguém não compreende o que se quer dizer com a palavra “Deus”, então é obtuso ou deficiente.

A antepenúltima divergência entre os confrades beneditinos se faz concernente ao argumento da necessidade. Gaunilo expressa que não sabe se pode pensar que ele próprio não existe, porque está certo disso. Se lhe é negada essa

possibilidade, então não é só Deus que não pode ser pensado como não existente.

Anselmo retruca com a justificativa de que Deus existe sim no pensamento. Porque, se pensamos no ser, ele está no pensamento, logo não pensamos em sua não-existência, pois esse argumento condiz com a questão de que quando escolhemos uma coisa, negamos outra. Se não pensamos, então é neste caso que a não-existência não pode ser pensada.

Por fim, Gaunilo alega que não podemos compreender Deus tal como ele é, e que pensamos o que sabemos que não existe. Anselmo contesta, dizendo que podemos pensar Deus, sempre; e que também pensamos que existe o que não existe, mas que não podemos pensar em algo que existe e não existe concomitantemente. Logo, o seu argumento se mantém.

Anselmo, com seus argumentos, quis esclarecer o que poderia se achar desordenado, a partir do que foi pensado por Gaunilo. Seu confrade contemporâneo, por sua vez, ao invés de desmotivar nosso pensador, certamente o fez com que pensasse com maior afinco a respeito dos fundamentos responsáveis por tais replicações.

Tendo em vista o que tratamos até aqui em relação às inferências dadas por Anselmo e retorquidas por Gaunilo, o pensar a existência de Deus representou para aqueles tempos da Baixa Idade Média, pode-se assim dizer, um momento relevante no contexto da vida e história da humanidade, o que nos permite afirmar a ocorrência de um progresso no refletir acerca do ser ontológico divino.

3.3 A JUSTIÇA DA VERDADE SUPREMA

Aprendemos de Anselmo de Cantuária que toda verdade é retidão e que seu conceito de verdade está em Deus. Averigua-se assim o conceito de justiça, pois Deus é o justo por excelência. De modo que estas três formulações, verdade, justiça e retidão parecem caminhar juntas e uma dependa da outra. Parece existir uma certa paridade entre elas, pois se definem reciprocamente, a fim de estabelecer à outra um sentido de complementaridade.

Na discussão a respeito da justiça, o hipotético discípulo profere elucubrações, como a de uma pedra que quando justa, busca os lugares mais baixos do que os mais altos; e também de um cavalo que, quando pasta, se mostra justo.

Seu mestre não concorda muito com o que é dito, mas por fim, explica o que seria para ele a definição de justiça, relacionada à retidão.

Segundo Montes D'Oca (2014), a justiça é a única coisa que jamais pode ser negligenciada já que, enquanto constitui o fim último das criaturas racionais, é incomparavelmente valorosa em relação à beatitude e é sinal do amor que elas têm por seu criador. Quando nos vem à mente este conceito, nos recordamos de equidade, uniformidade.

Todos nós temos consciência, desde uma certa idade, de um evento supremo e inalcançável. De maneira óbvia, cada um estrutura a ideia que tem de Deus, seja ela de forma convicta de fé, seja apenas por conhecimento. Temos uma noção primária passada por nossos antepassados e, com o tempo, ela vai sendo remodelada, de acordo com nossas espiritualidades ou vivências cotidianas.

Nesta edificação do saber, nos cabe percebermos como se constitui a vinculação entre a verdade suprema, o conceito de justiça e sua essência. O conceito de justiça aparece tanto no *Monologion*, quanto no *Proslogion*. Como relatamos previamente, a justiça é um dos atributos que integram a essência do ser divino. Aí se encontra o que buscamos aproximar.

Anselmo de Cantuária difunde uma continuação das reflexões que Santo Agostinho iniciou com a obra *De Libero Arbitrio*. Desta forma entendemos que um doutor da Igreja desempenha uma clara e sintomática persuasão sobre o outro.

Podemos dizer que Anselmo de Cantuária é o principal propagador, ainda que de uma forma inovadora, de um certo pensamento agustiniano, que se reflecte [sic] na sua obra e, nomeadamente, no *Proslogion*. Esta influência denota, ao mesmo tempo, uma proximidade textual e conceptual [sic], de que é a fonte criadora para o monge de Bec (BRITO MARTINS, 2009, p. 90).

A referida propagação alargou os limites das críticas que viriam a seguir, não somente de Gaunilo, mas como de outros filósofos que, de igual modo, inferiram apreciações e opiniões ao longo da história da Filosofia. Bem sabemos, que este juízo particular de cada um deles é digno de observações, mas também temos conhecimento de que eles foram alvos de pareceres desfavoráveis, contrários ao que estavam enunciando.

Nós observamos, neste sentido, uma certa contiguidade e afinidade temáticas que atravessaram os séculos que separam Anselmo de Agostinho, uma vez que os filósofos em questão partem das ideias platônicas para explanarem seus pareceres.

Santo Agostinho define Deus como aquela ocorrência excelsa à inteligência humana, predominante; nada se pode supor que lhe seja melhor (cf. OLIVEIRA E SILVA, 2009).

Mais uma vez, aqui se encontra o ponto-chave universal anselmiano e fundamento para explicar a existência do onipresente, pois nós não podemos imaginar algo que seja melhor que o onipotente, qualitativamente dizendo. Se conseguíssemos imaginar, esta teoria iria se desmoronar, pois não faria sentido pensarmos algo maior, seria ilógico, pois a própria palavra “Deus” pressupõe tal característica.

Este expressar-se é algo divino: Deus quis comunicar a Sua Verdade para a humanidade em diversas ocasiões, de modo a nos transmitir diversas de suas peculiaridades. Não obstante, alguns homens e mulheres da época de Cristo e de hoje não quiseram acreditar em seus preceitos e doutrinas, que os deixavam confusos, já que muitos seguiam uma religião, mesmo que de aparência, de maneira farisaica.

A aceitação da verdade é subjetiva, pois requer um certo desapego de opiniões, caso tenhamos, por mínimas que sejam, idealizações que não vão de encontro com aquilo que se pretende abarcar. Há que se esclarecer de modo que a explanação fique bem próxima a quem é direcionada. Não nos referimos à uma indução, mas é necessária a troca de ideias, o diálogo.

Partindo dessa perspectiva, nosso amante da sabedoria se vale de toda a dialética presumida utilizada para melhor elucidar a justiça e, conseqüentemente, a verdade. A verdade que muitos supunham conhecer, antes mesmo das indagações e questionamentos feitos pelo discípulo ao seu mestre, ambos imaginados pela mente anselmiana.

A noção de justiça que Anselmo exige em *De Veritate* como perfeição da natureza racional, assim como a noção de verdade nela implicada, correpondem, de algum modo, à pura forma da justiça e da verdade, assumida na vontade. A rectidão [*sic*] perceptível só pela mente e querida por si mesma pela vontade é, afinal, a verdade das criaturas racionais, ou seja, a realização da perfeição que lhes é própria, de acordo com a forma ou regra delas que reside na inteligência divina (OLIVEIRA E SILVA, 2009, p. 115).

Fazer o que se deve, essa é a conceituação da retidão da vontade, é a atitude justa por excelência, o cumprir o que deve ser feito, observado em razão de si mesmo. Não obstante, muitos possam discordar desta definição, admitimos que a total coerência concedida entre o pensado e sua ação, nos confere a ideia da qual precisamos para entender tal formulação.

Essa verdade é Única e, por conseguinte, não encontramos outra verdade suprema além dela, bem como nenhuma outra que possa ter os mesmos predicados referentes à que nos valem. Ela não é originária, mas é origem de outras tantas, que também são verdades, se estiverem conexas, interligadas.

Assim sendo, essa retitude é algo que advém de Deus, pois tem sua origem na própria verdade, pois Deus mesmo é justo. Da justiça suprema e divina, fluem todas as outras justiças, e com isso, podemos replicar e multiplicar as particularidades divinas que são imputadas e originadas no Criador de todas as coisas, ou seja, a verdade para Anselmo de Cantuária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compactuar com a verdade é algo que nos instiga a sermos melhores, pois somente buscando a coerência é que seremos verdadeiros, de fato. Pois em nossos dias existem aqueles que se valem das boas ações para conquistar algo, e com isso desfrutar de uma boa fama, e isso é muito válido e louvável. Porém, temos outros que se aproveitam da situação em que estão para usurpar e, com isso, enganar a tantos que lhe tinham um bom crédito.

Com toda a certeza, o mal não pode vir da verdade, pois ela é derivada do supremo bem, que é Deus. A verdade, portanto, só nos traz o bem, nos torna livres para vivermos em sociedade, em família, em comunidade. Ela é, por si, uma determinação que nos liberta de toda e qualquer prisão que o seu contrário pode nos trazer de ruim.

A verdade é algo preciso, repleto de exatidão, carregada de liberdade. Que não aprisiona sentimentos e ações, mas que nos confere uma boa e leve consciência, que só quem detém a sabedoria é capaz de compreender seu valor diante de uma sociedade carregada de relativismos e obtusidades, que tudo aceita e aprova.

Nesta sociedade, muitos são inseridos diariamente, afim de se adequar, de um jeito ou de outro com os valores que são caros à ela, mesmo que possa ser perseguido e caluniado como aconteceu a Cristo. Tudo isso advém da natureza criada por Deus e foi entregue aos homens para que dela pudessem cuidar. A humanidade está como está porque o próprio Criador a fez livre para escolher.

Ultimamente, tem-se escolhido muito o que é errado, os meios fáceis de se conseguir o que por vias corretas é trabalhoso, cansativo. Mas não lembramos de que sempre que escolhemos essas vias descomplicadas, nós é que teremos que consertá-las mais adiante, porque a verdade suprema não aceita tortuosidades.

Por estes relativismos, entendemos que tudo o que fazemos é correto, nossas escolhas, sejam elas quais forem. O que importa para a sociedade em nossos dias é a aceitação das verdades de cada um, e ponto. Em se tratando do respeito, não podemos ferir este princípio. O que não pode é um cidadão se utilizar da justificativa em nome de anti-valores para se afirmar e assim, buscar ainda mais seguidores de suas tendências.

A verdade e a justiça em suas configurações puras estão em paralelo no que é concernente a Deus. Toda verdade em Deus é justificada e toda justiça é verdadeira.

A retidão de que tanto Anselmo nos fala em seus textos e escritos se posiciona conjuntamente aos conceitos de verdade e de justiça. Nesta organização que o divino criador deliberou, o homem possui um papel importantíssimo.

O ser humano deve ter ciência de sua finitude. E por mais que muitos se esforcem para se manterem vivos depois de mortos em mentes e corações, a verdade por eles proposta ou formulada um dia se esvai e é substituída por outra, mas sempre a acompanhar aquela primeira, que lhe deu origem. Independente disto, o correto é que recebemos e transmitimos verdades, por meio de exemplos que podemos ser, de atitudes que podemos tomar.

Anselmo talvez até preferisse que estes dois conceitos não permanecessem tão interligados, associados um ao outro. A justiça que estabelece leis a serem cumpridas e códigos entendidos pelos homens, ao menos nos documentos em que são redigidos, requer uma verdade acertada neste cumprimento. Há em nossos dias, uma dificuldade muito grande em perfazer tais leis.

A humanidade se embrenhou em novos comportamentos e condutas, naquilo que muitos chamam de nova ordem mundial, que por si só, não estão adequados ao que a Verdade absoluta quer de nós. Viver um vida desregrada se torna assim sinônimo de uma perdição, em sentido de valores. Eles podem ser trocados, mas sempre serão lembrados.

Todavia é facultada a cada um de nós a construção de nossas verdades, imbricadas nas culturas que fazemos parte, situações que trazem muitas variações de estilos e modos de viver e sobretudo, torna pujante o intercâmbio de experiências que podem ser compartilhadas entre as pessoas que são abertas a este tipo de diálogo, como o fizeram o mestre e seu discípulo, personagens fictícios de Anselmo para nos mostrar que muito do que somos é resultado de um constante aprendizado.

Temos então que dizer do valor da comunicação em nossos dias. As redes sociais revolucionaram e tornaram muito simples a maneira como nos comunicamos. Mas devemos ainda priorizar o diálogo de forma presencial, nada pode substituir isto. Se nos colocamos acessíveis entre as pessoas de nosso convívio somente através de plataformas digitais, estamos perdendo uma chance ímpar de estar comunicando a verdade, e por sua vez, a confiança na outra pessoa.

O que torna possível a verdade ser conhecida e valorizada pelos povos que formam uma nação talvez seja essa própria abertura, algo tão simples e ao mesmo tempo tão complexo, como o próprio ser divino. Essa desobstrução que deve ser feita

nas mentes e corações daqueles que mais precisam, sejam governantes, sejam governados e é de fundamental valia para melhor convivermos e vivenciarmos nosso cotidiano e desta forma, não faltarmos com a verdade. Uma desobstrução que dê espaço à humanidade, à caridade, à esperança, sendo que a falta dessas virtudes às vezes tornam os nossos dias mais obscuros.

O primeiro capítulo nos iniciou no contexto que seria apresentado: medieval, de grande produção de conhecimento, fé cristã arraigada a preceitos e valores. Algo muito diferente com o que encontramos atualmente, em uma total liberação de crenças que antes eram respeitadas, hoje são tidas por antiquadas, retrógradas. Porque na visão dos que assim pensam, a abertura maior que se deve dar deve ser aos antivalores.

O segundo capítulo ocupou-se das ideias acerca da verdade, relativas à significação e enunciação, pensamento ou opinião, vontade, ação natural e ação não-natural, dos sentidos, da essência das coisas, todas postas de maneira a serem minuciosamente analisadas e entendidas. Tratou-se de uma seção intermediária para que pudéssemos entender com mais afinco o assunto último.

O terceiro capítulo trouxe consigo uma análise do argumento ontológico e da refutação das ideias de Anselmo por parte de Gaunilo, seu confrade beneditino. Anselmo também se esforçou em combater as críticas que lhe foram impostas. Assim como também nós devemos nos esforçar para defender o que acreditamos, ainda mais certos e justos se estivermos.

Muitos que, porventura vierem a tomar este trabalho de conclusão de curso como base para a realização de outros são por nós incentivados, para que a pesquisa acerca dos estudos anselmianos continue em nosso país, embora tenha poucos adeptos. Faz-se necessário este encorajamento a fim de que esta temática possa crescer e se aprofundar, e cada vez mais, angariar mais conhecimentos a respeito.

Nos cabe acrescentar que, em nossa preparação à vida religiosa bem sabemos da importância que fé e razão possuem ao caminharem juntas. Anselmo recebeu de Agostinho este saber. Para tanto, isso deve tê-lo motivado, pois a crença em Deus também necessita de um argumento racional, para que possa ser explicado. Enfim, podemos nos valer da mesma usada por Anselmo no próêmio de sua obra *Proslogion*, de que carecia de um argumento suficiente, que em resumo, pudesse fornecer provas propícias sobre aquilo que cremos acerca da substância

divina.

Juntas assim, também caminham a verdade e a justiça, como vimos anteriormente. E em nosso cotidiano, cada vez mais comprovamos que essas duas realidades dependem uma da outra. São escândalos de todo feitio, em sua maioria, a corrupção na política brasileira, como bem sabemos. Assim que a verdade é trazida à tona, logo sobrevém o senso de justiça, para que ela possa ser efetivada, e os responsáveis punidos devidamente.

Anselmo soube utilizar-se desses pressupostos, de forma sábia, para concluir que Deus existe verdadeiramente e que Ele é o bem supremo, não necessitando de coisa alguma, quando, ao contrário, todos os outros seres precisam dele para existirem e serem bons.

Tudo isso encadeado por uma simples questão lógica, no entanto para satisfazer os impulsos e desejos do momento, o ser humano cai no erro e depois no arrependimento. Não há como negar esses acontecimentos, mas o juízo sempre nos auxilia a não colocar tudo a perder, com o fato de não concedermos quaisquer chance ao azar. O responsável por ele se alegra com nossas quedas e quer sempre nos derrubar. Mais uma vez, a assumência da verdade adquire mérito.

Este assumir das responsabilidades é outro dos problemas da sociedade em que vivemos. Não temos ciência do que faz um chefe de Estado por exemplo, agir de maneira imatura e infantilizada, perante uma pandemia que se alastrou pelo mundo inteiro. Talvez seja um sintoma de nosso Brasil, quando muitos representantes do povo não querem servir à população como deveriam, e então embolsam benefícios descabidos, que poderiam ajudar a tantas famílias necessitadas por este país afora.

Como dizemos, a bem da verdade, a humanidade precisa ser mais humana e menos animalesca. Que tenhamos cada vez menos irracionalidade e mais altruísmo, compaixão. Virtudes tais que muito provavelmente Anselmo buscava cultivar como religioso que era. A questão da coerência, naqueles tempos não devia ser o forte, mas ainda assim o medievo deu à Igreja muitos célebres e notáveis santos.

Quem sabe através de uma mudança no contexto educacional brasileiro, priorizando a educação básica, tenhamos cidadãos mais verdadeiros, coerentes e convictos do que estão fazendo, praticando. Que nosso país não seja terra de marginais e delinquentes, mas sim de pessoas conscientes e instruídas a respeito

de seus papéis na comunidade onde residem, seja no campo, em um vilarejo ou numa metrópole. Quem sabe assim, poderemos ter mais esperança no futuro que nos aguarda, agindo conforme a verdade e sendo verdadeiros, portanto.

REFERÊNCIAS

ANSELMO, Santo. **Monólogo, Proslógio, A Verdade, O Gramático**. Tradução de Ângelo Ricci. v. 7. São Paulo: Nova Cultural, 1973. (Os Pensadores)

ATAIDE, Glauber. O argumento ontológico de Anselmo de Aosta e as objeções de Gaunilo. **Pensar-Revista Eletrônica da FAJE**, v. 7, n. 2. Belo Horizonte, 2016. p. 293-304.

BARROS, José D'Assunção. Cristianismo e política na Idade Média: as relações entre o papado e o império. **Horizonte**, v. 7, n. 15. dez, Belo Horizonte, 2009. p. 53-72.

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã**. Tradução de Raimundo Vier. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

BRITO MARTINS, Maria Manuela. A prova da existência de Deus em Santo Agostinho (*De Libero Arbitrio*) e em Santo Anselmo (*Proslogion*). **Philosophica**, n. 34, Lisboa, 2009, p. 75-91.

DEL'ARCO FILHO, Sérgio. As Noções de Retidão da Vontade e de Justiça no *De Veritate* de Santo Anselmo. **Kínesis**, v. 11, n. 28. jul, Marília, 2019. p. 304-326.

GILSON, Etienne. **A Filosofia na Idade Média**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3.ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.

LE GOFF, Jacques. **O Deus da Idade Média**. Conversas com Jean-Luc Pouthier. Tradução de Marcos de Castro. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARTINES, Paulo. A Racionalidade da Fé no *Proslogion* de Santo Anselmo. **Philosophica**, n. 34, Lisboa, 2009, p. 37-56.

MARTINES, Paulo. Notas sobre a Liberdade da Vontade em Agostinho e Anselmo. **Basíliade - Revista de Filosofia**. v. 1, n. 1. jan/jun, Curitiba, 2019. p. 69-85.

MONDONI, Danilo. **O Cristianismo na Idade Média**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MONTES D'OCA, Fernando Rodrigues. Deontologia e Teologia na Moral de Anselmo de Cantuária. **Anais do II Congresso Internacional de Filosofia Moral e Política**. Pelotas, 2011. p. 1-21.

MONTES D'OCA, Fernando Rodrigues. **O Pensamento Ético de Santo Anselmo de Cantuária: Uma Defesa do Deontologismo Mitigado**. 2014. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio

Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

OLIVEIRA, Terezinha. A Escolástica como Filosofia e Método de Ensino na Universidade Medieval: uma reflexão sobre o Mestre Tomás de Aquino. **Notandum**, n. 32, maio/ago, Porto, 2013. p. 37-50.

PICH, Roberto Hofmeister. Anselmo de Cantuária sobre a Verdade do Pensamento. **Dissertatio**, v. 30, Pelotas, 2009. p. 93-133.

OLIVEIRA E SILVA, Paula. Reminiscências do *De Libero Arbitrio* de Sto. Agostinho no *De veritate* de Sto. Anselmo. **Philosophica**, n. 34, Lisboa, 2009, p. 103-121.

ROHLING, Marcos. A Justiça na Teoria Moral de Santo Anselmo. **Synesis**, v. 8, n. 1, jan/jun, Petrópolis, 2016. p. 121-145.

ROMIO, Jocimar. Fé, Razão e Verdade: A Contribuição de Anselmo de Cantuária. **Teocomunicação**, v. 38, n. 159, jan/abr, Porto Alegre, 2008. p. 47-63.

SOUZA, Joseilson Paixão de. Anselmo e Kant: Embates sobre o Argumento Ontológico. **Cadernos Cajuína**, v. 2, n. 2, Teresina, 2017. p. 24-30.

SPINELLI, Miguel. O Itinerário Filosófico de Anselmo de Cantuária. **Revista Portuguesa de Filosofia**, v. 64, n. 1, Braga, 2008. p. 241-273.

STREFLING, Sérgio Ricardo. **O Argumento Ontológico de Santo Anselmo**. 2.ed. Porto Alegre: EDPUCRS, 1997.